



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

A ESCRIVÊNCIA COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO DE PESQUISA SOBRE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Escrevivência (writing-living): a methodological principle for research on ethnic-racial issues in geography teacher training

Escrevivência como principio metodológico para la investigación sobre cuestiones étnico-raciales en la formación del profesorado de geografía

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1137>

Janiára Maria de Paiva Ferreira¹

Glauciana Alves Teles²

Adriana Campani³

Histórico do Artigo:

Recebido em 19 de maio de 2025

Aceito em 23 de novembro de 2025

Publicado em 03 de dezembro de 2025

RESUMO


Este artigo tem como objetivo apresentar a escrevivência como caminho metodológico para pesquisas de autoria negra sobre questões étnico-raciais, a partir de narrativas escrevintes de três professores/as negros/as de Geografia da Educação Básica graduados em uma instituição de ensino superior no Ceará. A produção de narrativas negras é estratégia anticolonial de resistência e de reafirmação. Neste exercício contra-hegemônico, escre-ver as próprias narrativas é um ato criativo de reivindicar o protagonismo na autoria da produção do conhecimento que desobedece a ordem colonialista e racista. O presente artigo é um recorte da pesquisa de mestrado defendida em 2023, que foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROPGEU/UVA). Adotou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de autores e autoras como Gomes (2012), Nascimento (1980), Santos (2000), Evaristo (2017; 2020), Barrozo (2021) e Ferreira, Teles e Campani (2023) e as escrevivências de duas professoras e um professor de Geografia, todos formados pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Os resultados da pesquisa revelam que o curso não tem preparado os futuros professores e professoras de Geografia para atuarem numa perspectiva das Relações Raciais, e isso ocorre em função da estrutura curricular que não favorece o debate sobre a diversidade e a pluriétnicidade do nosso país, infligindo marcadores da colonialidade do poder/saber na formação acadêmica através do currículo eurocentrado. Nessa medida, na reivindicação pelo reconhecimento da autoria negra, há a

¹ Professora da Rede Estadual de Ensino do Ceará. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEU da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Email: janageo2013@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2357-4256>

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEU da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: glauciana_teles@uvanet.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6952-8837>

³ Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: adriana_campani@uvanet.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4524-7694>

necessidade de estabelecer outros marcos civilizatórios para recontar essas histórias, pois desde que os pseudo "descobridores" chegaram a este país de cultura ancestral, os povos subalternizados tiveram suas epistemologias negadas e corrompidas. Portanto, apesar de ainda observarmos muitas resistências das instituições formativas, é fato que os currículos vêm sendo constantemente questionados, o que nos permite compreender a universidade enquanto um território em disputa, isto é, embora historicamente tenha sido um espaço a serviço da epistemologia eurocêntrica, também há movimentos que buscam subverter a lógica acadêmica colonial e eurocentrada, como, por exemplo, as inflexões político-epistemológicas apontadas pelos docentes de Geografia.

Palavras-Chave: Escrivência; Narrativas Negras; Geografia antirracista.

ABSTRACT

This article aims to present *Escrivência* (Writing-Living) as a methodological path for Black-authored research on ethnic-racial issues, based on *escrevente* narratives by three Black Geography teachers in Basic Education, who graduated from a higher education institution in Ceará. The production of Black narratives is an anti-colonial strategy of resistance and reaffirmation. In this counter-hegemonic exercise, *escrever* (writing-living) one's own narratives is a creative act of claiming protagonism in the authorship of knowledge production that disobeys the colonialist and racist order. The present article is a cutout from a Master's thesis defended in 2023, which was developed within the scope of the Graduate Program at the Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROPGEU/UVA). The methodological procedures adopted were a literature review of authors such as Gomes (2012), Nascimento (1980), Santos (2000), Evaristo (2017; 2020), Barrozo (2021), and Ferreira, Teles, and Campani (2023), and the *escrevências* of two female teachers and one male teacher of Geography, all graduates of the Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). The research results reveal that the course has not prepared future Geography teachers to work within a Racial Relations perspective, due to a curricular structure that does not favor the debate on the diversity and pluri-ethnicity of our country, thus inflicting markers of the coloniality of power/knowledge in academic training through a Eurocentric curriculum. To this extent, in the claim for the recognition of Black authorship, there is a need to establish other civilizational frameworks to recount these histories, since the subalternized peoples have had their epistemologies denied and corrupted ever since the pseudo "discoverers" arrived in this country of ancestral culture. Therefore, despite still observing much resistance from formative institutions, it is a fact that curricula are constantly being questioned, which allows us to understand the university as a territory in dispute. That is, although it has historically been a space serving Eurocentric epistemology, there are also movements that seek to subvert the colonial and Eurocentric academic logic, such as the political-epistemological inflections pointed out by the Geography faculty.

Keywords: *Escrivência* (Writing-Living); Black Narratives; Anti-racist Geography.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar la *Escrivência* como camino metodológico para investigaciones de autoría negra sobre cuestiones étnico-raciales, a partir de narrativas *escreventes* de tres profesores/as negros/as de Geografía de Educación Básica, graduados en una institución de enseñanza superior en Ceará. La producción de narrativas negras es una estrategia anticolonial de resistencia y de reaffirmación. En este ejercicio contrahegemónico, *escrever* las propias narrativas es un acto creativo de reivindicar el protagonismo en la autoría de la producción del conocimiento que desobedece el orden colonialista y racista. El presente artículo es un recorte de la investigación de maestría defendida en 2023, desarrollada en el ámbito del Programa de Posgrado de la Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROPGEU/UVA). Se adoptó como procedimiento metodológico la revisión bibliográfica de autores y autoras como Gomes (2012), Nascimento (1980), Santos (2000), Evaristo (2017; 2020), Barrozo (2021) y Ferreira, Teles y Campani (2023), y las *escrevências* de dos profesoras y un profesor de Geografía, todos formados por la Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Los resultados de la investigación revelan que el curso no ha preparado a los futuros profesores y profesoras de Geografía para actuar bajo una perspectiva de las Relaciones Raciales, y esto ocurre en función de una estructura curricular que no favorece el debate sobre la diversidad y la pluriethnicidad de nuestro país, infundiendo marcadores de la colonialidad del poder/saber en la formación académica a través del currículo eurocéntrico. En esta medida, en la reivindicación por el reconocimiento de la autoría negra, existe la necesidad de establecer otros marcos civilizatorios para recontar estas historias, ya que desde que los pseudo "descubridores" llegaron a este país de cultura ancestral, los pueblos subalternizados han tenido sus epistemologías negadas y corrompidas. Por lo tanto, a pesar de que todavía observamos muchas resistencias por parte de las instituciones formativas, es un hecho

que los currículos están siendo constantemente cuestionados, lo que nos permite comprender la universidad como un territorio en disputa. Es decir, aunque históricamente haya sido un espacio al servicio de la epistemología eurocéntrica, también hay movimientos que buscan subvertir la lógica académica colonial y eurocéntrica, como, por ejemplo, las inflexiones político-epistemológicas señaladas por los docentes de Geografía.

Palabras clave: *Escrevivência*; Narrativas negras; Geografia antirracista.

INTRODUÇÃO

A produção de narrativas negras é uma estratégia anticolonial de resistência e de reafirmação. Neste exercício contra-hegemônico, escre-ver as próprias narrativas é um ato criativo de reivindicar o protagonismo na autoria da produção do conhecimento que desobedece à ordem colonialista e racista que, ao longo dos mais de 500 anos de invasão, determina pessoas negras a serem tratadas somente como objetos de pesquisa.

Nessa medida, na reivindicação pelo reconhecimento da autoria negra, há a necessidade de estabelecer outros marcos civilizatórios para recontar essas histórias, pois desde que os pseudo "descobridores" chegaram a este país de cultura ancestral, os povos subalternizados tiveram suas epistemologias negadas e corrompidas.

Inferimos, assim, a indagação que conduz as nossas análises: como a *escrevivência* evidencia as experiências docentes e se constitui em estratégia não colonial de resistência ao enfrentamento da reafirmação na formação do professor de Geografia?

Na busca pela legitimação de saberes não eurocêtricos, o presente artigo tem como objetivo analisar a *escrevivência* como princípio metodológico de autoria negra, a partir de narrativas *escrevientes* de três professores/as negros/as de Geografia da Educação Básica e que foram formados pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

O referido texto faz parte da produção do conhecimento relacionada à pesquisa de mestrado em Geografia, defendida em 2023, a qual foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na linha de pesquisa Ensino e Formação de Professores de Geografia, criado em 2019, no âmbito do curso de mestrado. A pesquisa inaugura um campo de pesquisa ainda não explorado no PROPGEIO e torna-se pioneira no banco de dissertações do Programa.

A metodologia ancorou-se na revisão bibliográfica em autores como Gomes (2012), Nascimento (1980), Evaristo (2017; 2020), Ferreira, Teles e Campani (2023), Santos (2000) e outros que, por adotarem um posicionamento político epistemológico comprometido, nos permite compreender que existem outras formas de se produzir e fazer ciência. A coleta de dados e informações primárias foi

realizada na Entrevista Escrivente⁴ com três profissionais negros/as formados em Geografia. Nesse momento, houve a exposição de temas geradores e, a partir das experiências vivenciadas por estes professores durante a formação inicial na licenciatura em Geografia, de um lado, denunciaram a cultura hegemônica eurocêntrica presente nos espaços formativos (escola/universidade), e, do outro, enunciaram estratégias de subversão a um passado colonial que, através da disseminação de narrativas brancocêntricas, negaram o lugar de pertença no campo da produção de saberes e na escrita. As informações foram transcritas em forma de escrivência e sistematizadas em temas no qual realizamos as nossas análises.

Este artigo está assim organizado: uma introdução, três seções e considerações finais. Na primeira seção, apresentamos, brevemente, o conceito de Escrivência, da escritora Conceição Evaristo, como escolha metodológica na elaboração da pesquisa. Neste processo, discorremos sobre o potencial da Escrivência enquanto percurso metodológico que subverte a colonialidade do saber e reivindica o reconhecimento de autoria dos sujeitos racializados, sobretudo a feminina negra.

Em seguida, na seção dois, realizamos a análise de pesquisas na área de Geografia que trazem o emprego da Escrivência. Acreditamos, com isso, que estamos vivenciando, neste momento, uma revolução no campo da escrita acadêmica que, a partir do aumento da presença de sujeitos negros dentro das universidades, tem feito ecoar nestes espaços acadêmicos percursos teóricos/metodológicos menos hierarquizados.

Por fim, na seção três, apresentamos um diálogo com duas professoras negras e um professor negro de Geografia, onde pautamos as demandas para a decolonização do currículo, em especial do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), e tensionamos nosso olhar para a formação de professores e professoras de Geografia a partir de uma educação decolonial e antirracista. Por fim, apresentamos as considerações finais, com algumas análises e reflexões.

⁴ A Entrevista Escrivente é uma metodologia e/ou procedimento de pesquisa criada pela escritora e pesquisadora Conceição Evaristo, inspirada em sua proposta de escrivência — escrita que nasce da vida, das memórias e das vivências de pessoas negras, especialmente mulheres. a pessoa entrevistada não apenas responde a perguntas, mas narra sua história de vida, suas memórias, afetos, dores, resistências e experiências de modo mais livre, subjetivo e autoral. Diferente das entrevistas tradicionais, que buscam objetividade e perguntas diretas, a entrevista escrivente valoriza a fala em primeira pessoa, busca memórias e experiências pessoais e coletivas, entende o sujeito como alguém que produz conhecimento e acolhe a dimensão emocional, sensível e identitária do relato. Nesse entendimento as análises são realizadas em uma narrativa mais livre, ou seja, não se limita ao formato pergunta-resposta rígido, na Centralidade da experiência, na dimensão política, no enfoque das subjetividades e na valorização dos sujeitos historicamente silenciados: sobretudo mulheres negras, populações periféricas e grupos marginalizados.

ESCREVIVÊNCIA: A ESCRITA DE NÓS

A reprodução do eurocentrismo como única via de ensino nos espaços formativos contribui para a construção de subjetividades a partir de sentimentos de inadequação, inferioridade intelectual, e até mesmo o de não-pertencimento do povo negro. Neste ínterim, a compilação desses sentimentos é resultado de uma educação que privilegia somente uma única narrativa: a do colonizador europeu.

E como uma das estratégias do projeto de colonização europeia é o apagamento da História e da Cultura dos povos colonizados, a fim de que seus descendentes não construam laços de identidade com sua ancestralidade, naturalmente o que se aprende nos espaços é intermediado pelo olhar estereotipado dos brancos acerca dos povos africanos. Isto é: desorganizados socialmente, incapazes de pensar e sentir sentimentos como o amor, lealdade, preguiçosos, perigosos, de corpos sexualizados, adultos infantilizados.

A respeito da Escrivivência, destacamos que a própria escritora Conceição Evaristo, certa vez, chegou a afirmar, em entrevista concedida ao Nexo Jornal, quando questionada a explicar a origem do conceito, que, quando empregou o termo pela primeira vez, não teve intenção nenhuma em criar um conceito. Nas palavras da autora em um trecho da entrevista

Quando falei da escrevivência, em momento algum estava pensando em criar um conceito. Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 – na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver.

Para aprofundar um pouco mais o debate sobre o termo germinado por Evaristo, consideramos pertinente também, em primeiro lugar, refletir acerca da imagem que fundamenta o processo de construção do referido conceito. Conforme a declaração da própria escritora, a imagem em questão trata-se da “Mãe Preta” que, na condição de escravizada, deve contar “histórias para adormecer a prole da Casa-grande”.

A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Essa mulher tinha como trabalho escravo a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, a que preparava os alimentos, a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escravizada. E havia o momento em que esse corpo escravizado, cerceado em suas vontades, em sua liberdade de calar, silenciar ou gritar, devia estar em estado de obediência para cumprir mais uma tarefa, a de “contar histórias para adormecer os da casa-grande”. E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência (Evaristo, 2020, p. 29).

Observamos, com base nas palavras da escritora, que, ao revisitar suas memórias e as experiências vividas pela população negra na luta contra a discriminação e o racismo, a mesma reflete sobre a imagem das mulheres negras escravizadas que eram obrigadas a cuidar das crianças brancas da Casa-grande, tendo como uma das funções cantar canções de ninar para embalar os sonos dessas crianças, e inclusive amamentá-las.

É desse cenário de cerceamento de direitos, aonde homens e mulheres, reduzidos e reduzidas a mercadorias, tinham suas funções demarcadas pelo sistema escravocrata, que Evaristo dá vida ao conceito de Escrivivência, para enunciar as histórias que, devido a um longo período de múltiplas violências, foram silenciadas. Assim, pensar na escrevivência é refletir sobre as narrativas africanas e afro-diaspóricas que não foram contadas, é imaginar o que essas pessoas fariam/fariam se não estivessem submetidas a condições de vida desumanas.

Dessa forma, a escrevivência é pensada a partir das histórias e canções que as mulheres negras foram impedidas de contar e cantar, haja vista que seus corpos-vozes não as pertenciam, mas sim aos seus “senhores”, que tinham total poder de mando sobre seus corpos e mentes. Ainda sobre o conceito Evaristo acrescenta:

[...] Em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo- voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (Evaristo, 2020, p. 30).

Com base na fala de Evaristo, podemos destacar que, desde o momento em que a escritora usou o termo “escrevivência” pela primeira vez, quis denunciar as violências cometidas durante a escravidão contra a população africana, bem como discorrer sobre as relações decorrentes na vida de seus descendentes nos dias atuais.

Nesta perspectiva, consideramos que a força motriz da escrevivência vem das histórias que, em um passado, foram sufocadas e silenciadas, mas que agora reivindica, através da escrita, o direito de fala e a quebra das máscaras do silêncio. Apreende-se, então, que a escrevivência, ao se constituir como um instrumento teórico-metodológico, legitima conscientemente a necessidade de reescrever vivências que partem de espaços negados, pois entende que “se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela Casa-grande, a nossa escrita não” (Evaristo, 2020, p. 30).

Assim, a potência da escrevivência enquanto princípio metodológico capaz de recontar as narrativas dos excluídos pavimenta o processo de recriar memórias, pois o ato de escrever ocorre profundamente atravessado com a vivência de quem está escrevendo. E isso ocorre porque a

escrevivência compreende uma escrita marcada pelas experiências particulares do sujeito que escreve, mas, ao mesmo tempo, contempla a história do outro, pois trata-se de uma escrita pertencente e comprometida com uma coletividade.

Observamos, portanto, que a escrevivência assume uma postura política de subversão com a pretensa objetividade e neutralidade científicas e incorpora ao texto acadêmico as experiências pessoais de quem escreve, e assim enuncia de qual lugar a autoria fala. É possível perceber, então, que a escrevivência problematiza os saberes e poderes impostos pela cultura europeia nos espaços colonizados, a exemplo da universidade, e adota o compromisso de colocar no texto as vivências sufocadas e autorias negras (in)visibilizadas.

Dessa maneira, compreendemos que empregar a escrevivência como metodologia na pesquisa afirma a identidade afro-brasileira, mas, ao mesmo tempo, reconhece as raízes ancestrais de quem está pesquisando. Contudo, gostaríamos de esclarecer que a escrevivência não se trata apenas de uma narrativa do eu ou escrita de si; pelo contrário, ela não se esgota na vida dos sujeitos e das sujeitas que estão falando. Ou seja, acreditamos que o conceito germinado por Evaristo extrapola a noção de escrita individualizada, uma vez que nasce no âmbito de reivindicação de uma autoria feminina, negra e pobre, logo atravessada por uma coletividade afro-diaspórica.

E esse aspecto de coletividade na escrevivência é tão evidente que é comum, ao realizar a leitura da obra de Evaristo, o leitor, e principalmente a leitora, se sentirem profundamente afetados no que tange o sentimento de identificação, reconhecimento e de acolhimento, e isso se explica pelo fato da presença dos recortes sociais de raça, gênero e classe se fazerem a todo tempo presentes nos textos da autora. Nas palavras da autora, isso ocorre em função de:

A maioria dos personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens. Um sujeito gay se vê nesse texto porque, também ele, vive essa experiência de exclusão. Um sujeito pobre tem a mesma identificação com uma personagem que vive a condição de pobreza. Uma mulher que se cumplicia com as outras se sensibiliza ao ler o conto “Maria” ou Insubmissas lágrimas de mulheres (Evaristo, 2020, p. 32).

Ainda a respeito desse sentimento de reconhecer-se no texto, pensamos que é algo proposital de Evaristo, que intencionalmente constrói suas personagens para denunciar os males produzidos pelos “descobridores” que se perduram até hoje, basta olharmos com atenção e refletirmos sobre como vivem e quais espaços ocupam a maioria da população negra no Brasil.

Neste ensejo, reafirmamos a potência da escrevivência como percurso metodológico, pois consideramos que a mesma enriquece a forma de se fazer ciência, sobretudo porque reconhece e

respeita uma sociedade tão diversa quanto a nossa. Percebe-se, pois, que o termo assume uma estratégia criativa de ecoar as vozes insistentemente silenciadas e, ao fazer esse movimento, confronta a cultura europeia, patriarcal e racista que criminosamente foi nos imposta.

A potência da escrevivência deve-se ao fato da mesma ser uma narrativa com um propósito político, sendo uma de suas marcas, sem dúvidas, a escolha coerente das palavras, pois estas são carregadas de intencionalidades. Consideramos que não poderia ser diferente, visto que a escrevivência vem por meio da escrita enunciar a libertação daquelas e daqueles que foram condenados à exclusão e à máscara do silêncio.

Diante desse cenário, torna-se facilmente compreensível as palavras de Conceição quando nos diz que “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 29). O termo reivindica, assim, a subversão do lugar silenciado e convoca a autoria negra para falar por si e por seus ancestrais, que, em um passado tornado escravizados e escravizadas pelo sistema escravocrata, foram brutalmente proibidos de falar.

Esse despertar defendido por Evaristo diz respeito à população branca atual reconhecer que são herdeiras dos privilégios forjados na pretensa supremacia racial que remonta desde a invasão dos europeus nas Américas. É possível perceber que o termo “escrevivência”, discutido por Evaristo desde 1995, que o define como uma feição de sua escrita literária, aos poucos se transforma em uma potência capaz de estremecer os alicerces de uma ordem literária instituída há séculos.

A escrevivência, enquanto uma narrativa que nasce de dentro e carregada de experiências pessoais, vem com a coragem de colocar o dedo na ferida colonial para debater determinadas questões, sendo a principal delas a questão racial. Desse modo, pensar na escrevivência como estratégia anticolonial é compreendê-la como a melhor forma metodológica de transgredir os discursos eurocêntricos responsáveis pela desumanização, e sobretudo reescrever e recontar as nossas histórias a partir do lugar de fala. Nesta direção, o exercício da escrevivência trata-se de provocar a ruptura das políticas de silenciamentos ainda vigentes, e dar centralidade aos discursos subalternizados que em outros espaços são discriminados e negados.

Portanto, a Escrevivência amplia as correntes teóricas e enuncia a autoria de mulheres negras na produção acadêmica, e esse exercício faz toda diferença na formação de estudantes negros e negras. As mudanças estão em curso, e o termo cunhado por Conceição Evaristo tem causado uma revolução na academia. Assim, a seguir discorreremos sobre a escrevivência nas produções acadêmicas.

ESCREVIVÊNCIA: POSSIBILIDADES PARA NOVAS GEOGRAFIAS

Apesar da resistência na manutenção dos privilégios da branquitude, consideramos que nos últimos anos a sociedade brasileira tem sido mais empática ao tratar de problemas estruturais como, por exemplo, o racismo, compreendendo, portanto, que a questão racial não é um debate que interessa apenas à população negra, pelo contrário, pensar em soluções é um dever de todos.

É possível observar que essa mudança perpassa também na escolha das leituras feitas, isto é, que o público leitor tem estado mais disposto a ler autores e autoras negros e negras. Nesta direção, o reconhecimento nacional e internacional da obra de Conceição Evaristo vem ganhando força ao longo dos anos, de modo que diversas áreas do conhecimento têm incorporado a Escrivivência em suas respectivas pesquisas.

A escrevivência, enquanto uma escrita criativa e disruptiva, potencializa a problematização da vigência da cultura eurocentrada dentro do espaço acadêmico e, por via de regra, interroga a padronização do modo de fazer ciência, reivindicando, portanto, neste território, o reconhecimento pela existência de formas de pesquisar, escrever e narrar outras.

Nas palavras da autora, a receptividade, bem como o uso feito pelas pessoas que a leem, mostra que o termo “Escrivivência cada vez mais vem ganhando novos contornos e significados que potencializam as escritas de negras e negros, seja no campo literário, seja no campo científico” (Evaristo, 2020, p. 39).

No campo da educação, este cenário não é diferente, haja vista a ascensão da incorporação da escrevivência em artigos, projetos, dissertações, teses etc. Dessa forma, com a intenção de investigar como a escrevivência vem sendo incorporada à pesquisa em Educação, com foco na área da Geografia, foram analisadas produções que articulam as experiências vivenciadas das pessoas com epistemologias, metodologias e teorias que buscam romper com as narrativas eurocentradas.

Adiantamos em dizer que as pesquisas analisadas questionam as regras acadêmicas ocidentalizadas como forma única de produzir ciência e, com isso, convocam a legitimação de escritas que advêm de lugares de pertencimento. Neste sentido, as produções em questão apontam que a linguagem acadêmica engessa as pesquisas, o que mostra, a nosso ver, que é urgente o acolhimento de outros modos de fazer ciência, tornando-se assim, um processo mais democrático.

E a Escrivivência, na qualidade de desestabilizadora dos cânones da escrita europeia literária, estabelece também outros parâmetros de cientificidade, ao assumir como marca de seu processo de escrita as experiências vivenciadas pelos escritores e escritoras afrodescendentes e/ou grupos marginalizados. É possível perceber, então, que incorporar o cotidiano vivenciado pela população negra

se consolida como uma estratégia significativa para denunciar as políticas de silenciamento ainda presentes, sobretudo, refletir e apreender as experiências registradas na pele/memória negra.

As produções analisadas provocam rupturas em relação às metodologias hegemônicas reproduzidas há anos, que, uma vez fundadas em experiências centradas no pseudopadrão "homem universal" (branco/cis/cristão), expressam relações intrínsecas da colonialidade do saber e do poder. Todavia, no presente momento, o que nos interessa, é apontar que determinadas epistemologias teóricas e metodológicas ocidentalizadas não conseguem dialogar com as demandas contemporâneas, sobretudo dos sujeitos subalternizados pela hegemonia eurocêntrica como, por exemplo, negros e negras, povos indígenas, quilombolas, comunidade LGBTQIAPN+ entre outros.

É possível perceber essa relação na pesquisa de Barrozo (2021), intitulada *Geografia e literatura: um debate sobre narrativa, cidade e mulheres negras*, que propõe uma releitura da cidade a partir da literatura feminina negra brasileira e, para isso, dialoga com a obra literária de Conceição Evaristo, em especial *Becos da Memória*, onde as experiências vivenciadas pelas mulheres negras constroem outras narrativas acerca da cidade e, sobretudo, permitem compreendê-la, assim como a Geografia e a literatura, enquanto espaços de disputas e poder.

Percebe-se, pois, a partir do referencial teórico da pesquisa, que houve uma preocupação em analisar o projeto da cidade, a fim de apreendê-la como um produto da transformação humana, palco central das relações capitalistas, mas, também denunciar que, pela falta de planejamento do Estado, as cidades são também espaços de segregação, em que determinados grupos são empurrados para locais periféricos, onde muitas vezes falta infraestrutura, moradias dignas, educação formal, segurança, oportunidades de melhorias de vida, em detrimento de outro grupo social que tem acesso a todas essas benesses.

Em consonância, Barros (2018), autora da pesquisa *Geografia e literatura: a dialética entre as categorias território e paisagem no conto "mansões e puxadinhos" de Conceição Evaristo*, discute a relação entre os conceitos geográficos (espaço geográfico, território, paisagem, região e lugar) e os recortes sociais de gênero, classe e raça. Assim, pois, analisando o conto *Mansões e Puxadinhos*, de Conceição Evaristo, a autora investiga os conceitos de território e paisagem através de uma vivência que dialoga com a estrutura social pautada no racismo e no classismo.

Nesta perspectiva, a pesquisa ao empregar a Escrivência tensiona visibilizar outras possibilidades de pensar o conhecimento geográfico e, com isso, produzir Geografias outras emancipatórias do fazer científico colonial e europeu. Nessa direção, a Escrivência se revela como uma estratégia de resistência que resgata as narrativas silenciadas e desobedece às epistemologias

ocidentais. Ademais, ao descolonizar a metodologia, desloca também os sujeitos e sujeitas que dela participam, pois estes/estas não serão reduzidos/reduzidas a meros objetos de pesquisa.

Ainda coadunando com as produções apresentadas, discorremos também sobre a pesquisa de mestrado, intitulada *Colonização/decolonização do conhecimento no currículo: análise das questões étnico-raciais no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)*, de nossa autoria, que apresenta como proposta analisar a colonialidade/decolonialidade na construção do currículo do curso de Licenciatura em Geografia da UVA, na perspectiva das Relações Étnico-Raciais e suas implicações na formação de professores para a educação básica, especificamente no curso de Geografia.

A partir dessas três pesquisas, é possível perceber a convergência de pensamentos e leituras, sobretudo necessidades acadêmicas, as quais encontram na obra evaristiana a possibilidade de criar outras rotas investigativas que, diferente da epistemologia eurocêntrica, tensionam a construção de um projeto de sociedade que respeite e valorize as vivências subalternizadas.

Percebe-se, também, na análise dessas produções, o pertencimento étnico-racial como um elemento que entrecruza a Escrivivência e a produção científica, de modo que propõe pensar a intelectualidade e o modo de fazer pesquisa como um exercício menos excludente. Assim, a escrevivência enquanto recurso metodológico traz à tona vivências relegadas ao esquecimento e enuncia um processo de escrita literária que assume uma luta de resistência contra os padrões hegemônicos.

Nesta direção, para quebrar as máscaras do silêncio impostas pela estrutura colonial e contribuir no processo de ecoar as vozes negras, apresentaremos a seguir um recorte da nossa pesquisa de mestrado, no qual analisamos alguns temas com foco nas Escrivivências de duas professoras negras e um professor negro de Geografia. Esclarecemos que a escolha dos três intelectuais negros envolve a perspectiva de fazer da pesquisa acadêmica um espaço de aquilombamento⁵, visto que desejávamos que vozes que fizessem parte da escrita fossem de pessoas sinalizadas pelos mesmos marcadores sociais do povo negro, mas que também tivessem consciência de sua afrodescendência, assim como por serem sujeitos formados na mesma instituição de ensino superior e mediante o mesmo Projeto Político Pedagógico de 2014, o qual a autora principal também é formada. Logo, de certa forma, nossas subjetividades foram formadas pelo mesmo currículo.

⁵ Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. É um conceito que evoluiu de sua raiz histórica de comunidades de resistência à escravidão para uma metáfora contemporânea de união, autonomia e resistência da população negra contra o racismo e a opressão. Para mais aprofundamento, ler as obras de Beatriz Nascimento, vários anos.

INTELECTUAIS ESCRIVENTES: ENEGRECENDO OS DISCURSOS ACADÊMICOS

Apresentamos neste tópico as escrituras de três professores/as de Geografia para aprofundar as nossas análises. O encontro com os professores/as ocorreu em momentos individuais, porém as narrativas se entrecruzam, ecoando uma voz coletiva. Considerando a preservação dos nomes dos intelectuais, estes serão identificados pelos codinomes “*Resistência*”, “*Empoderada*” e “*Ancestralidade*”, devido ao processo de construção identitária de cada um.

Nesta perspectiva, como primeiro ato da Escrita, convidamos as duas professoras e o professor a revisitar os seus passados, deixando que suas memórias falassem, sobretudo as experiências atravessadas pelo recorte racial. Assim:

Gostaria de citar duas situações de racismo ao longo da minha vida. A primeira aconteceu quando eu era ainda criança, eu não tinha acesso a brinquedos e me submeti a brincar com uma criança do meu bairro que tinha um quarto belíssimo, que parecia uma loja de brinquedos, e para uma criança pobre, isso encanta muito. E o primeiro ato é esse. Acontece que a mãe dela, ah lembro que era eu e uma outra amiga negra, então, lembro que a mãe dela não queria que a gente brincasse com a filha dela, porque dizia que a gente ia colocar a filha dela no mal caminho, que ia se perder na vida, que a gente não prestava, que íamos engravidar cedo. Só que o mundo girou e eu e minha amiga conseguimos entrar no ensino superior, todas essas situações aconteceram com a filha dela. A outra situação aconteceu quando eu já estava na universidade, acho que pelo 3º período. Eu fui comprar um carnê, e lembro que saí bem simples, com um short, uma blusinha, e aqui, infelizmente se você não estiver bem arrumado, você não é bem atendido. Fiquei esperando e, quando chegou a minha vez, a mulher nem olhou na minha cara, e foi logo dizendo: para eu preencher o carnê são R\$ 2 reais! Aí eu olhei para ela e perguntei se tinha analfabeta escrito na minha testa. Ela foi logo pedindo desculpas, e eu ainda falei: “olha, para sua informação, estou no ensino superior, eu vim apenas comprar um carnê”. Saí com raiva e fiquei pensando como as pessoas nos colocam em caixinhas (Empoderada).

É possível perceber, então, a partir do relato da professora, os desdobramentos do sistema colonial e racista, isto é, o projeto de colonialidade do ser implementado pelos pseudo “descobridores” ainda continua em curso. Essa relação pode ser explicada através das falas desrespeitosas da mãe, quando verbaliza para uma criança palavras tão agressivas, assim como pela atitude preconceituosa da atendente, que, pelo fato de se tratar de uma pessoa negra, acredita que ela não tem dinheiro.

Sempre estudei em escola pública. Tem algumas questões na minha vida que é que eu sempre tive traços muito parecidos com índios, todo mundo achava que eu era índia, que era descendente de indígena. Então, tinha esse preconceito que era de indígena, assim, eu era chamada de “indiazinha”. Antes, não existia a palavra *bullying*, aí era levado na brincadeira, e só depois que eu consegui entender. Eu brincava muito no sol e os meninos falavam: “você está ficando azul de tanto brincar”. Na época, eu tinha muita oportunidade de brincar na escola. Então, eu era negra com traços

indígenas, e ainda tinha um adicional, eu sou uma pessoa com deficiência (Resistência).

Percebe-se, pois, diante desse cenário, que, sendo a escola um espaço colonizado, em favor de um currículo eurocêntrico, naturaliza a ausência de epistemologias outras e se omite em construir diálogos que contemplem a diversidade dos/das estudantes. Fica claro, dessa forma, que, devido à invasão dos europeus e à ocupação deste território por eles durante séculos, fomos submetidos a uma educação hierarquizada e deseducados na construção de nossa subjetividade a partir de lugares de potencialidades.

Quando eu estava no ensino fundamental, tenho algumas lembranças. Quando é no mês de novembro, as escolas têm um hábito muito ridículo de fazer uma encenação de escravos, e quando não tinha pessoas negras na sala, para a maioria dos professores que não tinha formação e entendiam que o negro é só aquele bem retinto. Então, lembro que chamavam pessoas brancas e pintavam de negros, e essas pessoas eram ridicularizadas, só depois que fui compreender que aquilo era racismo recreativo. E durante todo o ano, aquela pessoa ficava sendo ridicularizada. Ah, você foi escravo! Se você fosse negro, você era o escravo, o palhaço, e aquilo vai se arrastando pelo resto de sua vida (Ancestralidade).

A partir desse trecho da escrivência do professor, é possível observar que frequentemente o primeiro contato que os/as educandos/educandas negros/negras têm nas escolas acerca da população africana é resumido ao período da escravidão e, obviamente, aprender que descende de “escravos” não é orgulho para ninguém; na verdade, pode se tornar razão para constrangimentos.

A sala de aula é um local muito cruel, para nós, pessoas negras. Acontecia muitos seminários, que muitas vezes a gente é excluído e a gente percebe que é excluído porque tinha aquela questão do racismo científico, que por você ser negro, acham que você é burro, que tem o cérebro, o crânio menor. Então, eu via muito isso, eu era o mais retinto da sala, na época, eu achava que era normal, e ficava apenas calado. Eu lembro que até meus professores zoavam meu cabelo, e por isso eu não deixava crescer muito, pois tiravam muitas brincadeiras. Ainda lembro que na escola, geralmente no dia 7 de setembro, fazia a marcha, e na escolha dos personagens que seriam homenageados, tinha uma ala dos escravos, e eu junto com alguns colegas, acho que no 5º ano, e tinha toda uma roupa, sujo, com cordas na mão. Na época, eu achava uma diversão, mas ali foram minhas experiências de racismo (Ancestralidade).

Eu fui uma negra que na época da escola não gostava de mim mesma, do meu cabelo, corpo, nariz largo e dos meus lábios. Do meu cabelo porque não era liso como da maioria das minhas amigas, e eu não podia comprar uma chapinha, e eu não me sentia uma pessoa inteligente. Então, isso me causou muito sofrimento, o racismo me mostrava a todo tempo que eu não era suficiente, porque não conseguia tirar a nota mais alta da turma. O racismo me atacou de diversas formas (Empoderada).

Fazer esse processo de diálogo e escuta por meio da Escrivivência foi fundamental para o fortalecimento da negritude e reafirmação de nossas raízes ancestrais. Ainda dando continuidade às experiências vivenciadas pelos profissionais da educação, direcionamos o diálogo também para as manifestações silenciosas do racismo no ambiente universitário.

Agora no DCE eu tenho sofrido muito mais do que quando eu estava no C.A., pois lá a gente tinha muito apoio dos professores, a gente saía com eles. Agora no DCE, é mais amplo, não tem professores para pedir conselhos, então a gente do DCE tem muitos espaços institucionais com a reitora, com a governadora, e como eu sou o presidente, normalmente todas as demandas vêm para mim. Então, passei por muitos momentos que eu pensei, será que estou passando por isso mesmo? De pessoas que já têm doutorado e pós-doc., que já moraram fora do país e ainda têm esse pensamento racista, retrógrado. Por exemplo, teve uma vez que eu participei de uma atividade da reitoria, já faz bastante tempo, que era uma espécie de jantar, algo do tipo, e eu estava acompanhado de uma pessoa que mora fora do país (Reino Unido), ele estava me acompanhado e, quando eu cheguei lá, sentei e começamos a comer, a conversar com os professores e aí tinha uma pessoa que perguntou o que eu estava fazendo ali, se eu era o motorista do meu acompanhante, aí eu disse que não, e respondi que eu estava ali porque sou o convidado, eu sou do DCE, aí a pessoa ficou sem reação nenhuma. Foi uma coisa muito chata. No momento você acaba não fazendo nada, foi o que aconteceu comigo, eu fiquei paralisado (Ancestralidade).

É possível perceber, então, a partir desse trecho da Escrivivência, que, no acesso a espaços que supostamente no imaginário racista de muitos brasileiros pertencem aos brancos, é inevitável não sofrer racismo. Isto é, a naturalização do corpo negro ocupando somente lugares de subserviência é tão forte que, quando a ordem colonialista se inverte, é motivo de tamanha estranheza. Essa relação, de um lado, causa incômodo ao branco que sente o sistema da branquitude ameaçado pela presença do não branco e, do outro, o sentimento de indignação de que não importa o que você faça, por você ser negro(a), sempre vai ter alguém te empurrando para a zona do não-lugar. Assim, coadunamos com Santos (2000), quando nos diz que:

Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver “subido na vida”.

Ainda a despeito desse aspecto, trazemos para o diálogo outra voz insurgente para se agregar à nossa.

Uma situação que marcou muito, mas eu não lembro o ano. Só lembro que foi quando abriu o shopping aqui em Sobral, e no dia quando ficou pronto ia ter a inauguração. Aí estava na aula de um professor, e a gente brincou pedindo a ele para terminar a aula mais cedo para a gente ir conhecer o shopping. Aí ele se virou e disse assim: vocês acham que no shopping vão querer gente igual a vocês? Olhem para vocês,

vocês são pobres. Ele falou sério, depois sorriu, e a gente ficou sorrindo juntos, mas foi algo do tipo pesado ele ter falado aquilo. Ainda falou assim: “vocês não são brancos, olhem para a roupa de vocês”. Outra situação que aconteceu foi entre amigos, na fila da xerox, quando a gente falava assim: “tá demorando muito”, e respondiam: “claro, a gente é pobre e preto”. Relativizavam o racismo dentro da universidade. Lembro que só tinha esse lugar de xerox e às vezes a gente conversava na lanchonete e se questionava se aqui fosse um outro campus, um curso de gente elitizada, mas nosso curso de é gente pobre (Resistência).

Eu lembro que certa vez convidei um grupo de amigos da periferia para participar de uma atividade aqui na UVA. Aí teve uns guardas ali que barraram os meninos, eles nunca barravam ninguém, mas, naquele dia, eles barraram os meninos, e eu fiquei observando aquilo, eu não falei nada, mas depois que falei. Assim, por ter essa questão de pessoas que vêm da periferia, ah! Da pessoa usar tatuagens... Aí depois fui falar com a professora Isabele, e disse: “Olha, os guardas ali precisam de formação também, não é só os professores não. Porque é inadmissível que pessoas que estão numa universidade pública, que nunca barraram ninguém, então uma atitude dessas, só porque os meninos são da periferia”. Ela disse que vamos fazer sim, precisamos da ajuda de vocês (Ancestralidade).

Dessa maneira, vemos que, quando o corpo negro foge da condição de subalternidade, é ligeiramente denunciado, com a intenção de que “*volte para o seu lugar*”. Fica claro, assim, que, em espaços onde a cultura branca é exaltada, o racismo se manifesta no cotidiano não só através de discursos verbalizados, mas também pela ausência de sujeitos racializados ocupando espaços de poder, como bem pontuado na narrativa escreviente da professora:

Quando eu era do movimento estudantil, em que eu era convidada para algumas reuniões na reitoria, eu sempre fui muito bem tratada. Mas, também sei que nossa presença em alguns locais causa intimidação, por exemplo, eu sei que em locais como uma reitoria da vida, a única mulher que é igual a mim, é a mulher que serve o cafezinho. Assim, eu tinha consciência de que eu estava num lugar que a mim era negado historicamente (Empoderada).

A essa altura, diante das escrevivências expostas, acreditamos ser perceptíveis as manifestações silenciosas do racismo dentro da universidade, que, pela ausência de debates que provoquem a subversão do epistemicídio étnico-racial, tem cooperado para a formação de professores e professoras de Geografia acríticos no tocante às questões étnico-raciais.

A nossa preocupação com o fato de a ausência dessas temáticas implicar na formação de profissionais de Geografia, que, quando em exercício de docência, ao invés de desenvolverem práticas pedagógicas que dialoguem, por exemplo, com a Lei nº 10.639/03, acabam contribuindo para a manutenção da colonialidade do saber e do racismo. Assim,

[...] em função das epistemologias negras serem negadas nos currículos oficiais, não é permitido à população negra e demais sujeitos a possibilidade de conhecer o

mundo, bem como suas organizações a partir de um conhecimento afrocentrado (Ferreira; Teles; Araújo, 2023, p. 07).

Para tanto, conscientes da nossa força, sobretudo da resistência de nossos ancestrais, buscamos tensionar nossas demandas e, por isso, encaminhamos nosso diálogo também para pensar estratégias contra-hegemônicas a fim de indagar as epistemologias ocidentalizadas e construir outras narrativas. Assim, pois, consideramos que a presença de nossos corpos negros nos espaços de produção de conhecimento não é suficiente; é preciso cobrar nossa presença afirmativa no currículo, ou seja, nossos saberes, identidades e cosmovisões.

Nesta direção, nosso ponto de partida foi questionar as professoras e o professor sobre o conhecimento da Lei nº 10.639/03 e sua regulamentação pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e pela Resolução CNE/CP 01/2004, que promulga as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para, em seguida, formularmos possíveis alternativas de descolonizarmos o curso.

Eu conheço a Lei, mas não foi na universidade. Na escola, eu dava aula de Geografia, História e Religião, e nas minhas aulas de Religião eu buscava temas sobre direitos humanos, de atualidades, para não dar aula apenas no sentido de ensino religioso. E tinha um livro, acho que do 6º/7º ano no Massapê, que fazia o debate Brasil/África e tratava da Lei. Foi aonde eu tive conhecimento, quando comecei a dar aula na escola, que fui estudar e começar a compreender. Mas também passa muito despercebido. Lembro que tinha perguntas e respostas, isso no livro do professor, e tinha trilhas de como surgiu a Lei e como deveria ser aplicada na escola. Na escola, a gente consegue fazer a aplicação da Lei, e na Universidade é outro caminho, pois envolve outras complexidades porque existem diversas diretrizes e acho que existe um consenso. Até hoje a gente tem dificuldades de inserção e aplicação da Lei de verdade no nosso currículo, querendo ou não, a prioridade é outra, e está relacionada ao racismo silencioso, como a gente vive num país que acredita que racismo não existe ou que tem racismo reverso, ou até mesmo que a gente vai acabar com o conflito étnico-racial, preconceito a partir de entendermos que somos todos iguais, tem gente que defende isso erroneamente, gente que tem diploma e pós-doutorado e tudo (Resistência).

É possível perceber que os currículos são cada vez mais requisitados a mudar, porém compreendemos que essa mudança perpassa pelo olhar de seus formuladores, no sentido de com qual projeto de sociedade estes estão comprometidos, isto é, para a formação de sujeitos que não questionem as desigualdades sociais ou sujeitos criativos/as que dialoguem com a diversidade étnico-racial do país. A escrivência da professora dialoga com o alerta feito por Gomes a respeito da “rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores/as reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos” (Gomes, 2012, p. 102).

Ou seja, pautamos pela reparação epistemológica, pois, apesar de estruturas coloniais que desautorizaram sujeitos não brancos ao campo da produção de saberes, já construímos fundamentos teóricos/metodológicos de enfrentamento ao racismo epistêmico. Por isso, é pertinente o reconhecimento de produções feitas por e para sujeitos e sujeitas não brancos dentro da academia. Todavia, Ferreira; Teles e Campani (2023) nos alertam o seguinte:

[...] pensar a educação nesses termos exige a demanda por uma formação de professoras/es igualmente atenta a tais questões, por isso é imprescindível que o currículo contemple a ecologia de saberes, a fim de romper com a matriz colonial, racializada e verticalizada, em o grupo étnico-racial branco é representado no topo da pirâmide enquanto o grupo dos povos afrodescendentes e indígenas encontram-se na base (Ferreira; Teles; Campani, 2023, p. 77).

Nesta direção, a falta de conhecimento da Lei nº 10.639/03 durante o processo formativo deve-se ao fato de que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) não são um dos documentos orientadores do curso de Geografia. Por isso, nosso direito de ter acesso às Histórias e às Culturas da população negra são negadas. Por esta razão, conscientes da ausência destas diretrizes, buscamos dialogar com os intelectuais escrevientes sobre como percebem o lugar das questões étnico-raciais no currículo.

Nas disciplinas eu não percebo essas discussões. No laboratório de Agrária, eu consegui compreender mais um pouco esse debate, tinha um livro que falava sobre o desenvolvimento da questão agrária no Brasil. Que falava sobre os negros, a escravidão e atrelava a questão agrária. Quando estudei a lei de terras, e foi assinado a lei de abolição, mas os negros no país não receberam assistência, tiveram que ficar nas ruas para sobreviver, porque só podiam trabalhar os brancos, que tinham condições de comprar. Então, acabou de ser “liberto” da escravidão que vivia e continuou a sobreviver com sua força de trabalho, pois não podiam comprar. Foi a partir daí que comecei a compreender esse debate racial (Resistência).

Esse debate racial podia ser muito mais ampliado, porque a gente que é das humanas alguma hora vai trabalhar isso, mas tem uma parcela de professores, principalmente da geografia física. Lembro que os professores traziam principalmente das pedagógicas. Olha, a professora de Práticas I, ela trazia sempre essa questão, autores negros que se preocupam com essa temática. Na Geografia, eu lembro das professoras Virginia e Aldiva. Mas tem alguns que nunca trouxeram esse debate em suas disciplinas, porque tem aquela questão, né, de ser professora da geografia física, mas tem por obrigação trazer, pois tem uma resolução que pede que todas as instituições façam esse debate (Ancestralidade).

Percebe-se, segundo as vozes escrevientes dos professores, que os componentes curriculares de Geografia Urbana e Geografia Agrária são as disciplinas eleitas com potencial para se

fazer o diálogo étnico-racial. Apresentamos a seguir um aspecto importante nas falas insurgentes dos professores, o que contribuiu para sua construção identitária racial e consciência de classe:

A minha formação, eu penso assim, que se deu em dois vieses, muito dentro de sala de aula, mas também penso que aprendi muito mais nos eventos do movimento estudantil. Eu penso que essa formação para além das disciplinas foram fundamentais, pois às vezes não tinha tempo para ler aquele livro, artigo, mas o debate eu tive fora das aulas (Ancestralidade).

E se eu tivesse optado por não ter uma formação extracurricular, eu tinha terminado o curso no tempo certo, mas eu estaria sendo uma professora, porém, sem consciência de classe, e a gente sabe infelizmente que dentro do nosso meio do magistério existem muitos professores que não estão nem aí para nada. A minha formação se deu nos momentos extracurriculares para além do que é cobrado, vivenciar coisas extras. Eu sou o que sou hoje graças ao movimento estudantil, e infelizmente ainda é muito generalizado por parte de muitos professores e alunos que não entendem a importância. Se todo aluno fizesse a escolha sábia de vivenciar o movimento estudantil com seriedade, sabe, aí tinha outra universidade, outro perfil de aluno e profissional (Empoderada).

Consideramos, pois, bastante pertinentes as reflexões apresentadas pelos professores/as de Geografia, que com base nas ações realizadas no movimento estudantil conseguiram desenvolver saberes emancipatórios, construir uma identidade racial positivada e romper com as máscaras do silêncio. Em outras palavras, nas lutas travadas pelo movimento estudantil, tais sujeitos tiveram condições de reencontrar-se com suas dores, fazer as pazes com elas e, principalmente, expurgá-las como num gesto de rejeição dos valores da branquitude.

Diante desse contexto de marginalização das epistemologias negras, que provoca a ausência do debate acerca das questões étnico-raciais na formação dos intelectuais escrevintes, refletimos sobre o seguinte aspecto: à medida que tais atores sociais acessam os espaços acadêmicos, embora de forma lenta, conseguem provocar fissuras estruturais nas relações de privilégios ainda tão sólidas em nossas universidades. Isto é, chegam com seus conhecimentos e trazendo suas demandas políticas, de modo que passam a questionar os currículos colonizados e colonizadores, exigindo propostas emancipatórias. Nesse viés, trazemos as seguintes escrevivências:

Foi o movimento estudantil que criou a semana de negros e negras da UVA, que hoje já está na sua 5ª edição, onde a gente iniciou a discussão com esse recorte racial a partir do debate das Lei de Cotas Raciais nas universidades. Eu considero que o nosso curso tem um déficit muito grande, por isso precisa avançar porque o racismo e o preconceito são muito velados, é algo que só quem passou sabe, só quem viveu. E os nossos aliados que são da causa, uma parte deles, das pessoas brancas só agem quando alguém muito próximo a eles sofre o racismo, ou alguém que eles gostem muito, quando não gosta, deixa pra lá. Também na Semana da Geografia e na Semana dos 3 cursos do CCH é que a gente consegue trazer pessoas indígenas para ensinar sobre suas culturas, os saberes afro-brasileiros para dentro da

universidade. Eu vejo assim: nos cursos são poucas as iniciativas, só mesmo nesses momentos pontuais das nossas semanas, são nesses momentos em que o curso de Geografia consegue inserir o debate da negritude e trazer pessoas para compor as mesas. Fora desses momentos, não me recordo (Resistência).

É tanto que a gente fez um evento em que teve o tema: *Racismo e resistência: não termina aqui*, foi uma atividade em que a gente abordou desde a história que temos lembranças horríveis de mais de 300 anos até os dias de hoje. Dentro nosso cenário brasileiro, em que a gente ainda tem pessoas negras sendo chamadas de escravos. Lembro que trouxemos um pai de santo, terreiro, na época também veio a Fernanda, o Rogério Babau para falar a situação da população periférica (Empoderada).

Nesse caminho para a decolonização do curso de Geografia, pautou-se o interesse de produção de pesquisas que permitam a aproximação do sujeito com seu objeto de estudo. Ademais, outro ponto interessante de se perceber no relato escreviente diz respeito à formação dos professores e professoras formadores/as.

É necessário que a gente repense o curso para atender às demandas da população negra. Eu sinto falta de, por exemplo, a gente nunca fez um levantamento para saber na universidade de casos de pessoas que são vítimas de racismo por parte dos professores com os alunos, ou vice-versa, ou dos alunos com os funcionários. É preciso um debate para a gente inserir uma disciplina que dialogue com a formação étnico-racial da nossa gente, o que temos hoje no leque de disciplinas são importantes, mas precisam ser revistas e readequadas. Isso também perpassa a própria formação dos nossos professores, que temos na casa, porque não tem nenhum que trabalha diretamente com esse tema (Empoderada).

Nessa perspectiva, a geopolítica do conhecimento edificada na universidade é perversa, uma vez que, ao autorizar somente uma única epistemologia e um modelo de fazer pesquisa, usa os sujeitos subalternizados a serviço da episteme hegemônica e da branquitude. Dessa maneira, então, nossas produções acadêmicas são desassociadas de nós mesmos, de nossas origens, da cor de nossa pele, com isso vamos sendo alienados racialmente e, conseqüentemente, vamos retroalimentando a máquina epistemológica epistemicida eurocêntrica.

Outro ponto levantado se deu pela menção da ciência geográfica em explorar outros subcampos dentro da própria Geografia, a saber: Geografia Feminista, Geografias Negras, Geografia Decolonial, Geografia da Sexualidade. Ou seja, visibilizar os sujeitos excluídos do conhecimento geográfico, pois aqui se entende que tais sujeitos já estão inseridos na universidade, entretanto permanecem silenciados em função da razão ocidental que julga o que é conhecimento científico e o que é senso comum, de modo que tais sujeitos seguem aprisionados/as no cânone epistêmico eurocêntrico. Acrescentamos ainda o diálogo com outras áreas de estudo, por exemplo, a Pedagogia, Antropologia, História e Psicologia, que nos últimos anos vêm se enegrecendo.

Acho que para pensar o diálogo para a questão étnico-racial seria necessária a implementação de uma disciplina, mas também o diálogo com outros campos, por exemplo, os movimentos sociais negros, para pensar quem é o povo brasileiro, que não é formado apenas pela raça branca, pelo contrário, também pela raça negra e indígena. Porque as ausências são gritantes, a geografia merecia outras discussões, assim, debater sobre as mães solas na universidade, uma geografia feminista (Empoderada).

Venho acompanhando algumas discussões em grupos de estudos, por exemplo, sobre geografias negras, acredito que a gente aqui deveria acompanhar essa discussão também (Ancestralidade).

Dessa forma, além da decolonização do conhecimento, é imprescindível a adoção de metodologias não extrativistas, por exemplo, a escrevivência, a qual nos apoiamos, visto que coadunamos com o pensamento freiriano: “o que não é possível é simplesmente fazer um discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial” (FREIRE, 1969, p. 68). Assim, defendemos a ruptura com o extrativismo epistêmico, por entendermos que este limita as pesquisas que se querem numa práxis não colonial, bem como por ser um mecanismo que se apropria de culturas, saberes, cosmovisões de povos outros, vistos como inferiores.

Nessa perspectiva, reafirmamos a potencialidade da Escrevivência como percurso metodológico, pois consideramos que o ato de escrever nos permite desenvolver uma autonomia autoral, diferente de quando escrevemos seguindo os enquadramentos acadêmicos, bem como aproximar o fazer acadêmico com a realidade vivenciada, provocando rachaduras nos muros das universidades. Assim, uma vez conseguido adentrarmos o sistema, reiteramos a necessidade de transformá-lo, por isso escrevivemos, pois:

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação (Evaristo, 2000, p. 53).

Nessa direção, reiteramos a necessidade de investir em currículos outros, que, diferente dos currículos epistemicidas, que por sua vez nos ensinam somente uma visão de mundo, reivindicamos por uma formação pautada na pluralidade epistêmica, que ofereça aos discentes, sobretudo aqueles e aquelas que descendem dos grupos não hegemônicos, o direito de ter acesso às Histórias e às Culturas de seus ancestrais, não mais somente através do olhar estereotipado do colonizador. Conforme Ferreira; Teles e Campani (2023):

É preciso romper com as amarras coloniais, de tal modo que se torna urgente efetivar em totalidade toda e qualquer política pública que visa a destruição do padrão de supervalorização eurocêntrico. Assim, consideramos que ao praticar a interculturalidade pressupondo a decolonização é fundamental que se compreenda esse processo como contínuo e que enquanto uma agenda política não é possível aceitar a perpetuação dos estereótipos que invisibiliza as identidades latino-americanas (Ferreira; Teles; Campani, 2023, p. 76).

Por essa razão, nos opondo ao epistemicídio ainda perpetuado nos espaços formativos, tencionamos pela proposição político-epistemológica de currículos decoloniais, aos quais, numa perspectiva negra, interessa retirar “os conhecimentos produzidos pela população negra brasileira [...] do lugar da marginalidade e subalternidade epistemológica que lhes era (são) imposta” (GOMES, 2018, p. 224).

Dessa forma, reiteramos a defesa pela ruptura das hierarquias raciais responsáveis pela ocultação dos saberes dos sujeitos racializados e inferiorização de seus corpos. Por isso, enunciamos que é fundamental uma formação para a educação das relações étnico-raciais, de modo que os conhecimentos amefricanos e indígenas sejam considerados saberes legítimos e dignos de serem contemplados nos currículos da mesma forma que os saberes eurocêntricos. Para Ferreira, Teles e Araújo (2023):

É necessário questionar os motivos pelos quais, nas discussões a respeito das origens e formas de elaboração do saber, prevalecem proposições que eliminam do seu arcabouço teórico-conceitual os conhecimentos produzidos pelos povos negros e indígenas em detrimento dos saberes eurocêntricos, que intitularam como superiores e dando a si próprios o direito de imporem sua universalidade (Ferreira; Teles; Araújo, 2023, p. 6).

Para tanto, deixamos claro que não se trata da substituição de uma epistemologia eurocentrada por uma afrocentrada, mas, sim, de uma mudança epistemológica que fomente a construção de relações sociais harmônicas entre as diferenças. Nessa direção, consideramos desrespeitoso que aos sujeitos não brancos seja ensinado somente as narrativas ocidentais, que logicamente retratam tais sujeitos sempre no lugar de inferioridade. Defendemos, pois, uma formação que contemple os saberes africanos, indígenas e europeus, ou seja, o que não pode mais ocorrer é essa eurocentralização.

Portanto, consideramos que o que está posto no curso de licenciatura em Geografia da UVA nos serve até certo ponto. Destarte, pontuamos que nos interessa, como nos ensina os estudos decoloniais, é o desmonte da hierarquização de saberes e a crítica à razão ocidental, com a intenção de que sejam deslocados os conhecimentos e práticas instituídas, a fim de que se reinventem soluções fora das normas hegemônicas excludentes.

Neste ensejo, nos interessa o aprender das epistemologias de nossos ancestrais e um projeto de sociedade que não subalterniza nossos direitos e lugares de fala. Por isso, ousamos dizer que é esse o compromisso que as vozes escrevíveis assumem em suas vidas: o de eternamente educar a si e ao outro, investindo numa formação decolonial e antirracista.

O diálogo com os professores/as negros contribuiu para o fortalecimento da reafirmação da negritude, e essa experiência coletiva possibilitou a sensação de estar em comunidade, ou conforme as palavras de Abdias Nascimento (1980), em *aquilombamento*, que se trata de uma organização estratégica de sobrevivência/resistência ao sistema escravagista.

Desta realidade é que nasce a necessidade urgente ao negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a existência de ser. Os quilombos resultam dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de uma improvisação de emergência em metódica e constante vivência dos descendentes africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravagista (Nascimento, 1980, p. 269).

Assim, consideramos que o convite feito aos docentes negros para construção desta pesquisa foi, na verdade, um processo de *aquilombamento*. Logo, este movimento também oportunizou que nossa identidade enquanto professora e negra fosse fortalecida.

Nessa perspectiva, finalizamos este texto dizendo, ainda, que temos ciência dos ataques e da resistência aos conhecimentos produzidos pelos povos negros e indígenas nos espaços formativos e, por isso, enfatizamos veementemente que a Escola e a Universidade são um território que necessita urgentemente avançar na Educação para as Relações Étnico-Raciais, e defendemos que o *aquilombamento* se torne uma estratégia de resistência entre professoras e professores negras e negros, pois somente juntos/as conseguiremos construir uma escola antirracista que atenda nossas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que, embora ainda tenhamos muitas resistências de instituições formativas, é fato que os currículos vêm sendo constantemente questionados, o que nos permite compreender a universidade enquanto um território em disputa, isto é, apesar de historicamente ser um espaço a serviço da epistemologia eurocêntrica, também há movimentos que buscam subverter a lógica acadêmica colonial e eurocentrada.

Dessa forma, pautamos a necessidade de repensar o currículo, uma vez que defendemos que a produção de conhecimentos não pode ser reduzida ao cânone eurocêntrico, mas sim atualizada e problematizada também por outras epistemologias, outras interpretações e por outros autores e autoras de diferentes regiões do mundo. Assim, pois, questionar a manutenção de um currículo eurocêntrico que privilegia apenas um seletivo grupo é indispensável para romper com a invisibilidade acerca dos saberes produzidos pelos intelectuais negros e negras brasileiros e internacionais. Logo, pontuamos a emergência para a construção de um projeto decolonial para a formação inicial, continuada e educação básica.

A escrevivência de Conceição Evaristo foi apresentada como possibilidade metodológica para apreensão das ausências de temas da Lei nº 10.639/03 na formação inicial de professores de Geografia da UVA. Assim, no que tange às escrevivências, percebemos que a vida e as memórias dos intelectuais escrevintes são atravessadas pela Diferença Colonial, de modo que toda a educação básica que receberam serviu, sobretudo, para desqualificá-los enquanto sujeitos epistêmicos, bem como seres ontológicos. Contudo, quando acessam o ensino superior, esperançavam ser este um lugar menos autoritário e colonizador; destarte, deparam-se também com um ambiente que impõe as resistências coloniais.

Nesse contexto, faz-se necessária a decolonização curricular e a inserção de temáticas que possam atender de fato à Lei nº 10.639/03, que, embora tenha sido criada há mais de uma década, ainda precisa ser consolidada nos cursos de formação inicial, em especial nas licenciaturas. Para que isso ocorra, é preciso que todos os agentes sociais que constroem o curso de licenciatura em Geografia da UVA, local de formação inicial dos professores/as participantes da pesquisa, sobretudo as pessoas brancas, estejam dispostas a denunciar os privilégios que a branquitude lhes confere e rasguem as máscaras do silêncio sobre o debate racial. Como evidenciamos, os sujeitos colonizados/racializados vêm sendo resistência e afirmando-se como atores sociais desde o primeiro contato com o homem branco racista.

REFERÊNCIAS

BARROS, Natália de Farias. Geografia e Literatura: a dialética entre as categorias território e paisagem no conto “mansões e puxadinhos” de Conceição Evaristo. **Paisagens e Geografias**, v. 5, n. 2, 2002. Disponível em: <https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D/article/view/69>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BARROZO, Monique Bonifácio. Geografia e Literatura: um debate sobre narrativa, cidade e mulheres negras. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais [...]**. [S. l.]: Realize, 2021. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA147_ID2670121_12021221129.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.



BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.

FERREIRA, Janaiára Maria de Paiva. **Colonização/decolonização do conhecimento no currículo**: análise das questões étnico-raciais no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2023. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/view/contador_acesso.php?buscar=123000000325. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERREIRA, Janaiára Maria de Paiva; TELES, Glauciana Alves; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. A Lei 10.639/03 como orientação político-pedagógica para uma educação antirracista na escola: Possibilidades para decolonização do currículo. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, p. e023014, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27iesp.1.17939. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17939>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 223-246, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei nº 10.639 como fruto da luta antirracista do movimento negro. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (org.). **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2000.